

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Ultima Hora (Brasília - D.F.)

Class.: 579

Data 13 de maio de 1985

Pg.: _____

4468 Conselho quer mudar a política indigenista

Santos - A demarcação urgente das terras indígenas e a devolução das que estão invadidas constituem as reivindicações básicas do manifesto divulgado ontem em registro pela Assembléia da Regional do CIMI - Conselho Missionário Indigenista. No comunicado, os signatários reafirmam teor do documento entregue à imprensa na sexta-feira, exigindo mudanças radicais na política indigenista oficial, e lamentam a indefinição oficial em relação à presidência da Funai.

A assembléia pede solução para as aldeias guaranis do litoral paulista; do toldo Chumbangue, em Santa Catarina; área Guarani de Ocoi e Barão de Antonina, no Paraná. Quanto ao posto indígena de Guarita, Rio Grande do Sul, reivindica o fim do arrendamento das terras indígenas que, "só traz prejuízos às comunidades Kaingang".

Especulação favoreceu as invasões

"Há cerca de 35 anos as terras dessa comunidade começaram a ser invadidas por agricultores, em consequência do processo de colonização que atendia a interesses da especulação imobiliária, favorecida por titulação ilegal das terras por autoridades estatais" - afirma o documento final da assembléia. Explica ainda que há três anos os kaingang do Chumbangue reivindicam do governo federal a devolução de suas terras, com a retirada dos colonos, sendo que desde o último dia 13 de março encontra-se em Brasília uma comissão de 5 índios dessa área, aguardando medidas oficiais que não se concretizaram. Enquanto isso, na área, os colonos invadem, destroem e roubam produtos das roças dos índios, deixando-os sem condições de sobreviver. Dos 2 mil hectares de área reivindicada foram demarcados provisoriamente apenas 120 para subsistência dos índios.

O documento lembra que as famílias indígenas estão impossibilitadas de plantar a próxima safra, a partir de julho. E reivindica uma solução urgente para o problema, com a devolução imediata da área dos kaingang, assentamento na região de todas as famílias dos agri-

O documento é assinado pela Associação Nacional de Apoio ao Índio de Aná, Rio Grande do Sul; pelo CIMI; pelo Conselho de Missão entre Índios; pelo Grupo de Trabalho Missionário Evangélico; Comissão Pastoral da Terra do Paraná; Santa Catarina e São Paulo; Grupo União e Consciência Negra de São Paulo e Movimento dos Agricultores sem Terra do Sudoeste do Paraná.

Entre as conclusões finais do encontro, as entidades afirmam que o problema de Toldo Chumbangue (em Chapecó), Santa Catarina) é o mais grave de todos, entre os povos do sul do País. A possibilidade de uma greve de fome em protesto contra a demora do Governo em solucionar a questão chegou a ser levantada, mas os participantes decidiram aguardar mais uns dias e consultar os índios sobre a realização dessa greve.

cultores sem terra que habitam a área indígena; reassentamento na região das famílias dos agricultores que possuem títulos de propriedade dentro da área.

O bispo de Chapecó, Dom José Gomes, explicou que os agricultores do Toldo Chumbangue - cerca de 90 - são pequenos proprietários - que foram iludidos pela colonizadora. Eles possuem o registro de propriedade, mas quando compraram a terra, os índios já estavam lá. A expulsão dos indígenas começou em 1975. A solução legal para o caso, no entender do bispo, seria o simples retorno da área para os índios, porque pela Constituição a terra dos índios é inegociável. Portanto, os negócios foram nulos. A colonizadora deveria indenizar os compradores, mas ela não existe mais. Diante do impasse, o bispo de Chapecó, acha que os agricultores possuem o direito social de receberem terra igual em outra área. Para o bispo, a população e os políticos de Chapecó ficaram do lado dos agricultores por preconceito contra os índios e por questões sentimentais: "Os índios não entram no sistema de produção capitalista e não votam".